

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Senhores Acionistas,**

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ("Companhia") relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia nos semestres. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro em relação aos potenciais candidatos e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de bons resultados fiscais de curto prazo, contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto e um cenário internacional de crescimento global acima da média, ampla liquidez e expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais.

O decorrer do semestre, entretanto, frustrou as expectativas iniciais de crescimento, com o PIB do primeiro trimestre avançando apenas 0,4% em relação ao trimestre anterior e com a greve nacional dos caminhoneiros, entre o final do mês de maio e o início do mês de junho, afetando efetivamente o desempenho do segundo trimestre e comprometendo as perspectivas para o restante do ano. Além de prejudicar diretamente a produção e o consumo no período, a greve abalou os níveis de confiança e as intenções de investimento na economia, reduzindo as perspectivas de contratações, criando instabilidade política e levando o quadro fiscal a uma situação mais delicada. Como resultado, o consenso do mercado encerrou o semestre apontando para uma expansão de apenas 1,5% para o PIB deste ano, contra 2,8%, no início do ano.

Em paralelo, no cenário internacional, dados também mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo no primeiro trimestre foram dando lugar ao longo do semestre a uma maior certeza sobre a aceleração da economia americana, sob forte impulso fiscal, enquanto prosseguia a dúvida sobre o ritmo de recuperação dos demais países, o que se traduziu em um quadro de dólar americano mais forte e juros mais altos nos Estados Unidos. Este cenário, aliado ao reforço de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais, em especial com a China e a Zona do Euro, levou no decorrer do primeiro semestre a diversos episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira.

O aumento dos riscos no quadro internacional exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro (BC). Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, o BC, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas, em sua reunião de meados de maio, o Copom optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%.

Após as repercussões da greve dos caminhoneiros terem exposto ainda mais as fragilidades do cenário doméstico e com a aproximação dos prazos oficiais para a definição de coligações partidárias e candidatos às eleições de outubro 2018, intensificaram-se as preocupações do mercado quanto ao quadro eleitoral. Em meio à grande indefinição sobre a vitória de candidatos propensos a levarem adiante as importantes reformas necessárias para garantir a estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento adiante, a volatilidade dos mercados domésticos aumentou, com a taxa de câmbio encerrando o semestre no patamar de R\$/US\$ 3,88. A expectativa para o segundo semestre é de prosseguimento do quadro de volatilidade no cenário internacional enquanto o tema dos conflitos comerciais permanece não resolvido e provocando repercussões sobre a economia global. A atividade econômica nos Estados Unidos deve continuar a reagir positivamente aos impulsos fiscais e, à medida que as negociações comerciais avancem, esperamos uma gradual redução das incertezas, e consequentemente um ambiente mais favorável ao crescimento na Europa e Japão, e uma retomada dos países emergentes. Assim, espera-se também que prossiga a gradual retirada dos estímulos monetários no mundo.

No cenário doméstico, a volatilidade tende a se intensificar com a proximidade das eleições presidenciais, com um quadro eleitoral marcado por um número maior do que o usual de eleitores indecisos e candidatos com plataformas de governo com impactos potenciais sobre as expectativas de crescimento e sobre a evolução dos mercados.

2. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES**Resultado do Semestre**

O lucro líquido da Companhia no semestre atingiu R\$ 32.988 mil (30/06/2017 R\$ 23.778 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 7,90% (30/06/2017 6,00%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 851.004 mil (30/06/2017 R\$ 804.759 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 320,71 (30/06/2017 R\$ 230,83).

Para o semestre findo foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.217 mil (30/06/2017 R\$ 8.090 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 193,72 (30/06/2017 R\$ 182,75) para preferenciais e R\$ 11,25 (30/06/2017 R\$ Zero) para as ordinárias por lote de mil ações, conforme nota explicativa 12b.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 874.335 mil ao final do semestre (30/06/2017 R\$ 820.101 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 8.500,21 (30/06/2017 R\$ 7.954,21) no semestre.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 19,21% ao final do semestre (30/06/2017 24,91%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 18/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 423.430 mil, mediante incorporação de reservas de lucros.

Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 4.558.967 mil na data do balanço (30/06/2017 R\$ 3.240.608 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 4.510.018 mil (30/06/2017 R\$ 3.149.830 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ 40.113 mil (30/06/2017 R\$ 70.033 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R\$ 8.836 mil (30/06/2017 R\$ 20.745 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 5.744.706 mil ao final do semestre (30/06/2017 R\$ 4.343.998 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 520.311 mil na data do balanço (30/06/2017 R\$ 486.073 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação".

A carteira de crédito, incluindo o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" no montante de R\$ 78.227 mil (30/06/2017 R\$ 138.297 mil, também positivo), conforme Carta Circular do Bacen nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R\$ 4.398.215 mil ao final do semestre (30/06/2017 R\$ 3.569.040 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 41.761 mil (30/06/2017 R\$ 50.314 mil), correspondente a 0,97% (30/06/2017 1,47%) da carteira total.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 74.162 mil (30/06/2017 R\$ 94.963 mil), representando 1,72% (30/06/2017 2,77%) do total da carteira de crédito, 48,59% (30/06/2017 81,26%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

3. OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

4. DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos**, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

5. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 09 de agosto de 2018, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 09 de agosto de 2018

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 09 de agosto de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - EM R\$ MIL

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Circulante	3.598.835	2.524.053	Circulante	1.648.523	1.855.851
Disponibilidades	10.795	4.541	Depósitos (nota 9)	1.507.427	1.717.144
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 3)	715.166	185.953	Depósitos Interfinanceiros	1.507.427	1.717.144
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	715.166	185.953	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (nota 9)	23.508	30.488
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 4)	496.642	472.924	BNDES	691	1.072
Carteira Própria	151.707	79.948	Finame	22.817	29.416
Vinculados a Prestação de Garantias	337.716	378.010	Instrumentos Financeiros Derivativos	47.323	14.853
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 15a)	7.219	14.966	Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 15)	47.323	14.853
Operações de Crédito (nota 5)	2.108.855	1.638.488	Outras Obrigações	70.265	93.366
Setor privado	2.129.993	1.661.660	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.171	1.721
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.268	6.402	Sociais e Estatutárias	13.348	11.981
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (nota 5d)	(24.406)	(29.574)	Fiscais e Previdenciárias (nota 10a)	13.594	20.900
Outros Créditos	251.864	204.117	Diversas (nota 10b)	42.152	58.764
Rendas a Receber	6.198	1.281	Exigível a Longo Prazo	3.199.720	1.653.680
Diversos (nota 6)	245.781	202.956	Depósitos (nota 9)	3.002.591	1.432.686
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (nota 5d)	(115)	(120)	Depósitos Interfinanceiros	3.002.591	1.432.686
Outros Valores e Bens	15.513	18.030	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (nota 9)	16.605	39.545
Outros Valores e Bens	9.904	10.425	BNDES	2.107	1.173
(Provisão para Desvalorização)	(2.891)	(1.305)	Finame	14.498	38.372
Despesas Antecipadas (nota 7)	8.500	8.910	Instrumentos Financeiros Derivativos	112.004	90.644
Realizável a Longo Prazo	2.137.840	1.812.379	Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 15)	112.004	90.644
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 4)	23.669	13.149	Outras Obrigações	68.520	90.805
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 15a)	23.669	13.149	Fiscais e Previdenciárias (nota 10a)	26.234	42.351
Operações de Crédito (nota 5)	1.904.631	1.467.655	Diversas (nota 10b)	42.286	48.454
Setor Privado	1.952.289	1.526.252	Resultados de Exercícios Futuros	22.128	14.366
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.983	6.644	Resultados de Exercícios Futuros	22.128	14.366
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (nota 5d)	(49.641)	(65.241)	Patrimônio Líquido	874.335	820.101
Outros Créditos	208.394	331.572	Capital (nota 12a):	423.430	400.030
Diversos (nota 6)	208.394	331.600	De Domiciliados no País	399.520	377.404
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (nota 5d)	-	(28)	De Domiciliados no Exterior	23.910	22.626
Outros Valores e bens	1.146	3	Reservas de Capital (nota 12c)	4.099	4.738
Despesas Antecipadas (nota 7)	1.146	3	Reservas de Lucros (nota 12c)	447.176	415.679
Permanente	8.031	7.566	(Ações em Tesouraria)	(370)	(346)
Investimentos	751	751			
Outros Investimentos	1.308	1.308			
(Provisão para Perdas)	(557)	(557)			
Imobilizado de uso	6.222	5.421			
Outras Imobilizações de Uso	13.851	11.907			
(Depreciações Acumuladas)	(7.629)	(6.486)			
Intangível	1.058	1.394			
Ativos Intangíveis	3.022	2.947			
(Amortização Acumulada)	(1.964)	(1.553)			
Total Geral do Ativo	5.744.706	4.343.998	Total Geral do Passivo	5.744.706	4.343.998

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM R\$ MIL SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Descrição	2018	2017
Receitas da Intermediação Financeira	300.359	335.946
Operações de Crédito	234.625	303.111
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	34.837	44.363
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 15f)	14.089	(50.646)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (nota 5e)	16.808	39.118
Despesas da Intermediação Financeira	(151.483)	(200.591)
Operações de Captação no Mercado	(141.289)	(188.582)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.697)	(1.135)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (nota 5e)	(574)	(1.256)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.923)	(9.618)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	148.876	135.355
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(98.463)	(92.380)
Receitas de Prestação de Serviços	5.637	3.646
Rendas de Tarifas Bancárias	18.409	13.990
Despesas de Pessoal	(56.416)	(48.419)
Outras Despesas Administrativas (nota 16a)	(33.508)	(30.268)
Despesas Tributárias	(10.718)	(11.144)
Outras Receitas Operacionais (nota 16b)	2.167	3.801
Outras Despesas Operacionais (nota 16c)	(24.034)	(23.986)
Resultado Operacional	50.413	42.975
Resultado não Operacional (nota 16d)	(418)	(715)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	49.995	42.260
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 8a)	(14.721)	(16.203)
Provisão para Imposto de Renda	(9.807)	(11.940)
Provisão para Contribuição Social	(8.258)	(10.101)
Ativo Fiscal Diferido	3.344	5.838
Participações no Lucro	(2.286)	(2.279)
Empregados	(2.286)	(2.279)
Lucro Líquido	32.988	23.778
Lucro por Lote de Mil Ações - R\$	320,71	230,83

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EM R\$ MIL SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Descrição	2018	2017
1. Receitas	319.231	347.050
Intermediação Financeira	300.359	335.946
Prestação de Serviços	24.046	17.636
Provisão para Créditos de		
Liquidação Duvidosa	(6.923)	(9.618)
Outras Receitas Operacionais	2.167	3.801
Resultados não Operacionais	(418)	(715)
2. Despesas da Intermediação Financeira	144.560	190.973
3. Materiais e Serviços Adquiridos de Terceiros	53.102	49.827
Materiais, Energia e Outros (Materiais de Consumo, Telefone e Água)	1.565	1.922
Serviços de Terceiros	51.537	47.905
4. Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	121.569	106.250
5. Depreciação, Amortização e Exaustão	868	887
6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	120.701	105.363
7. Valor Adicionado Total a Distribuir	120.701	105.363
8. Distribuição do Valor Adicionado	120.701	105.363
Pessoal	50.121	43.567
Remuneração Direta	37.597	32.833
Benefícios	9.445	8.053
F.G.T.S.	3.079	2.681
Impostos, Taxas e Contribuições	34.019	34.479
Federais	32.480	33.303
Estaduais	4	-
Municipais	1.535	1.176
Remuneração de Capitais de Terceiros	3.573	3.524
Aluguéis	3.573	3.524
Outras (Doações Filantrópicas)	-	15
Remuneração de Capitais Próprios	32.988	23.778
Juros sobre Capital Próprio	9.217	8.090
Lucros Retidos do Período	23.771	15.688

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	387.830	6.092	412.191	(1.354)	-	804.759
Aumento de Capital - AGE 19/04/2017	12.200	-	(12.200)	-	-	-
Outros Eventos						
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	(346)	-	(346)
Cancelamento de Ações Próprias	-	(1.354)	-	1.354	-	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	23.778	23.778
Destinações:						
Reservas	-	-	15.688	-	(15.688)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(8.090)	(8.090)
Saldos em 30/06/2017	400.030	4.738	415.679	(346)	-	820.101
Mutações do Período	12.200	(1.354)	3.488	1.008	-	15.342
Saldos em 31/12/2017	400.030	4.251	446.805	(82)	-	851.004
Aumento de Capital - AGE 19/04/2018	23.400	-	(23.400)	-	-	-
Outros Eventos						
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	(440)	-	(440)
Cancelamento de Ações Próprias	-	(152)	-	152	-	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	32.988	32.988
Destinações:						
Reservas	-	-	23.771	-	(23.771)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(9.217)	(9.217)
Saldos em 30/06/2018	423.430	4.099	447.176	(370)	-	874.335
Mutações do Período	23.400	(152)	371	(288)	-	23.331

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM R\$ MIL SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

	1º Semestre	
	2018	2017
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Período	32.988	23.778
Ajustes ao Lucro Líquido	1.970	15.844
Depreciações e Amortizações	868	887
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.923	9.618
Ajustes de Provisão de Passivos Contingentes	(5.689)	5.842
Ajuste de Atualização de Depósito Judicial	(132)	(503)
(Aumento)/Redução dos Ativos Operacionais	(373.314)	(330.451)
Títulos e valores mobiliários	(27.522)	(192.874)
Operações de crédito	(466.815)	(201.921)
Outros créditos	121.636	70.523
Outros valores e bens	(558)	216
Aquisição de bens não de uso próprio	(2.333)	(12.644)
Alienação de bens não de uso próprio	2.278	6.249
Aumento/(Redução) dos Passivos Operacionais	353.552	(300.396)
Depósitos	413.834	(336.696)
Obrigações por empréstimos e repasses	(14.913)	(23.262)
Instrumentos financeiros derivativos	(7.690)	40.134
Outras obrigações	(27.784)	49.071
Resultados de exercícios futuros	3.868	2.061
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.763)	(31.704)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado em) de Atividades Operacionais	15.196	(591.225)
Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizados de uso	(1.050)	(497)
Aplicações no intangível	(28)	(673)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	473	306
Alienação de intangível	-	6
Alienação de imobilizados de uso	83	437
Caixa Líquido (Aplicado em) Atividades de Investimento	(522)	(421)
Atividades de Financiamentos		
Aquisição de ações próprias	(440)	(346)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(9.990)	(7.804)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento	(10.430)	(8.150)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes	4.244	(599.796)
Caixa e equivalentes no início do período	721.717	790.290
Caixa e equivalentes no final do período	<u>725.961</u>	<u>190.494</u>
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.244</u>	<u>(599.796)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL

(01) ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Atividade e estrutura do Grupo: A Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia") é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no exercício de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíram o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento - C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial). O Conglomerado é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado: - Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., também controlada pelo Banco Alfa de Investimento mas não se trata de empresa financeira); - Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos; - Banco Alfa S.A. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão. Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros. O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos. O controlador da Financeira Alfa S.A., possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach). **b) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 08/08/2018 e aprovadas pelo Conselho de Administração em 09/08/2018. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor

recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

(02) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado. **a) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. **b) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares Bacen nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 4b e 15). A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 5 letras "c" e "d"). **c) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias, I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida: i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados no patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidos no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgada por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **d) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL

são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são classificados de acordo com sua natureza em: • Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado; • Hedge de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. A Companhia não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção ("hedge") com natureza de "hedge de fluxo de caixa". A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, classificados como "Hedge de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão. As operações de crédito designadas para hedge risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhece-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção ("hedge"), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 15.

e) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros: A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de "Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão". Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica "Outras Obrigações - Diversas - Obrigações por Operações Vinculadas à Cessão", e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações. As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no Ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica "Operações de Crédito", mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados.

f) Ativo Permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: • Depreciação do Imobilizado de Uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: Veículos e Processamento de Dados 20%, Móveis e Utensílios e Instalações 10% e • Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos. **g) Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Impostos e Contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169, de 06/10/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b). **i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do semestre de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota nº 5 "d"); • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota nº 15); • Ativos tributários diferidos (vide nota nº 8 "b"); e • Passivos contingentes (vide nota nº 11). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das Demonstrações Financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **j) Ativos e Passivos Contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias, Cíveis e Trabalhistas (nota nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **k) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(03) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2018	30/06/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	715.166	185.953
- de Ligadas	715.166	185.953

A Companhia possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com empresa do Conglomerado Financeiro com taxas indexadas a 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 02/07/2018.

(04) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:

	30/06/2018	30/06/2017
Carteira Própria - Livres:		
Letras Financeiras do Tesouro	151.707	79.948
Vinculados a Prestação de Garantias:		
Letras Financeiras do Tesouro	337.716	378.010
Total - Títulos e Valores Mobiliários	489.423	457.958
Swaps - Diferencial a Receber (nota 15d)	30.888	28.115
Total - Instrumentos Financeiros Derivativos	30.888	28.115
Total Geral	520.311	486.073

b) Classificação de Títulos e Valores Mobiliários por Categoria e Vencimento:

	Até 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para Negociação						
Letras Financeiras do Tesouro (i)	1.657	191.587	117.805	178.374	489.423	457.958
Títulos e Valores Mobiliários	1.657	191.587	117.805	178.374	489.423	457.958
% Concentração por Prazo	0,4%	39,1%	24,1%	36,4%	100,0%	

- "Títulos para Negociação": O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). (i) O ajuste positivo dos Títulos para Negociação no montante de R\$ 169 (30/06/2017 R\$ 97 positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 489.254 (30/06/2017 R\$ 457.861) e de mercado R\$ 489.423 (30/06/2017 R\$ 457.958), foi registrado sob o título "Resultado com Títulos e Valores Mobiliários". Os títulos privados são custodiados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos no SELIC.

c) Composição dos Títulos vinculados a prestação de garantias:

	30/06/2018	30/06/2017
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	329.048	368.451
Títulos dados em garantia em ações judiciais	8.668	9.559
Total	337.716	378.010

(05) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:

Setores de Atividade:	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado				
Rural	7.018	0,1	4.932	0,1
Indústria	43.311	1,0	31.856	0,9
Comércio	693.709	16,1	439.407	12,8
Instituições Financeiras	144.066	3,3	341.438	10,0
Outros Serviços	414.093	9,6	229.923	6,7
Pessoas Físicas	3.017.791	69,9	2.383.187	69,5
Total da Carteira	4.319.988	100,0	3.430.743	100,0
Empréstimos	2.192.169	50,8	1.570.749	45,8
Financiamentos	1.811.887	41,9	1.478.866	43,1
Operações de crédito vinculados a cessão	5.251	0,1	13.046	0,4
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	143.213	3,3	339.028	9,9
Outros Créditos (nota 6)	167.468	3,9	29.054	0,8
Total da Carteira	4.319.988	100,0	3.430.743	100,0
Ajuste ao valor mercado - Item Objeto Hedge	78.227	(*)	138.297	
Total Global	4.398.215		3.569.040	

(*) A oscilação se deve, substancialmente, pelo fechamento da taxa de juros pré-fixadas, ou seja, atenuou-se a piora das expectativas aumentando assim o valor marcado a mercado do objeto de hedge.

b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:

Parcelas por Faixas de Vencimento:	30/06/2018			
	A Vencer	Vencidos	Total	%
A vencer				
- até 180 dias	1.626.755	10.671	1.637.426	37,9
- de 181 a 360 dias	695.423	7.195	702.618	16,2
- acima de 360 dias	1.956.049	16.064	1.972.113	45,6
Total Vincendas	4.278.227	33.930	4.312.157	99,7
Vencidas				
- até 60 dias	-	2.946	2.946	0,1
- de 61 a 180 dias	-	3.347	3.347	0,1
- acima de 180 dias	-	1.538	1.538	0,1
Total Vencidas	-	7.831	7.831	0,3
Total da Carteira	4.278.227	41.761	4.319.988	100,0
Parcelas por Faixas de Vencimento:				
A vencer				
- até 180 dias	1.193.995	12.527	1.206.522	35,2
- de 181 a 360 dias	609.367	8.529	617.896	18,0
- acima de 360 dias	1.577.067	18.367	1.595.434	46,5
Total Vincendas	3.380.429	39.423	3.419.852	99,7
Vencidas				
- até 60 dias	-	3.138	3.138	0,1
- de 61 a 180 dias	-	4.472	4.472	0,1
- acima de 180 dias	-	3.281	3.281	0,1
Total Vencidas	-	10.891	10.891	0,3
Total da Carteira	3.380.429	50.314	3.430.743	100,0

c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco: A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	30/06/2018				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil
AA	1.492.358	-	1.492.358	-	-
A	680.899	-	680.899	3.404	3.404
B	2.045.107	6.171	2.051.278	20.513	33.231
C	28.301	7.823	36.124	1.084	2.998
D	18.367	6.664	25.031	2.503	7.507
E	5.572	3.329	8.901	2.670	4.450
F	4.864	4.551	9.415	4.708	6.590
G	344	2.838	3.182	2.228	3.182
H	2.415	10.385	12.800	12.800	12.800
Total	4.278.227	41.761	4.319.988	49.910	74.162

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL**

	30/06/2017				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil
Níveis de Risco:					
AA	499.327	-	499.327	-	-
A	2.609.846	-	2.609.846	13.049	13.049
B	186.324	6.897	193.221	1.932	1.932
C	51.684	8.488	60.172	1.805	19.102
D	11.603	5.770	17.373	1.737	10.076
E	7.837	4.422	12.259	3.678	12.259
F	8.800	5.173	13.973	6.987	13.973
G	437	4.129	4.566	3.196	4.566
H	4.571	15.435	20.006	20.006	20.006
Total	3.380.429	50.314	3.430.743	52.390	94.963

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	1º Semestre	
	2018	2017
Saldo inicial no período	79.447	97.552
Complemento líquido de reversão	6.923	9.618
Baixas líquidas dos valores recuperados	(12.208)	(12.207)
Saldo final no período	74.162	94.963

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R\$ 74.162 (30/06/2017 R\$ 94.963), correspondente a 1,72% (30/06/2017 2,77%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge". A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. No semestre foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 14.745 (1º semestre/2017 R\$ 17.059), e ocorreram recuperações no montante de R\$ 6.740 (1º semestre/2017 R\$ 9.434). O saldo das operações renegociadas era de R\$ 47.310 (30/06/2017 R\$ 70.745) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. **e) Cessão de Crédito:** As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 "e" destas demonstrações financeiras. O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no período, perfaz o montante de R\$ 8.343 (30/06/2017 R\$ 19.159), tendo sido reconhecida no semestre receita de juros para estas operações o montante de R\$ 927 (1º semestre/2017 R\$ 1.913), e estão registradas na Demonstração de Resultado sob a rubrica "Receitas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros". O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 8.836 (30/06/2017 R\$ 20.745), tendo sido apropriadas no semestre despesas de juros no montante de R\$ 574 (1º semestre/2017 R\$ 1.256) registrado na rubrica "Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros". A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ 78 (30/06/2017 R\$ 177). A partir de Novembro/2016, a Companhia vem realizando cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada (aquisição). O volume de transação destas operações até 30/06/2018 corresponde a R\$ 312.755 (30/06/2017 R\$ 193.656), registrada em conta adequada do Ativo, na rubrica "Operações de Crédito", tendo sido reconhecidas no semestre receitas no montante de R\$ 39.718 (30/06/2017 R\$ 11.082) registradas na rubrica "Rendas de Operações de Crédito - Rendas de Empréstimos".

(06) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30/06/2018	30/06/2017
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	143.213 (*)	339.028
Depósitos judiciais	40.239	48.889
Créditos tributários (nota 8 "b")	74.885	95.131
Títulos e créditos a receber	167.468 (**)	29.055
Carteira de crédito - recursos em trânsito	9.405	14.943
Prêmio na venda de operações de crédito - Ligadas	14.951	5.432
Tributos antecipados	2.270	78
Outros créditos	1.744	2.000
Total	454.175	534.556

(*) Refere-se a operações de crédito pessoal consignado adquiridas com cláusula de coobrigação junto a instituições ligadas. Para registro das operações de crédito adquiridas foi observado o critério contábil estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08; (**) Refere-se a títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de risco e benefícios, com vencimento até 13/04/2020 à taxa de 9,17% a.a. até 35,28% a.a..

(07) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

(08) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	1º Semestre	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	47.709	39.981
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(21.469)	(17.991)
Efeito no cálculo dos tributos:	6.748	1.788
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(4.061)	(5.479)
Créditos amortizados para prejuízo	(226)	935
Juros sobre o capital próprio	4.148	3.641
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.378	1.165
Contingências fiscais e trabalhistas	655	(4.238)
Obrigações fiscais diferidas	(50)	(201)
Ativo fiscal diferido	3.344	5.838
Outros valores	560	127
Imposto de renda e contribuição social	(14.721)	(16.203)
Sendo:		
Impostos correntes	(18.015)	(21.840)
Impostos diferidos	3.294	5.637
Despesa contabilizada	(14.721)	(16.203)

(*) Vide nota explicativa nº 2 "h".

b) Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31/12/2017	Constituição	Realização	30/06/2018
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	13.281	6.020	(4.773)	14.528
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	31.778	5.218	(7.333)	29.663
Créditos amortizados para prejuízo	7.548	2.483	(2.282)	7.749
Outros créditos tributários	4.634	3.491	(3.341)	4.784
derivativos	46.134	43.405 (*)	(71.378) (*)	18.161
Total - Crédito Tributário Ativo	103.375	60.617	(89.107)	74.885
Derivativos	(57.752)	(11.349)	43.183	(25.918)
Outros	(883)	(59)	9	(933)
Total - Obrigações Fiscais Diferidas	(58.635)	(11.408)	43.192 (*)	(26.851)
Créditos Tributários Líquidos				
das Obrigações Fiscais Diferidas	44.740			48.034
% sobre Patrimônio Líquido	5,3%			5,5%

(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos. A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2018, estimou que a realização do Crédito Tributário Ativo ocorrerá na seguinte proporção:

	Realização					
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano
	32%	36%	15%	10%	5%	2%

Na data-base 30/06/2018 o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic é de R\$ 40.319 (30/06/2017 R\$ 38.081). Os créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas não ativados em 30/06/2018, referentes a majoração da alíquota da CSLL, totalizavam R\$ 6.590 (30/06/2017 R\$ 9.532).

(09) DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

a) Composição dos Recursos Captados:

	30/06/2018	30/06/2017
Depósitos interfinanceiros	4.510.018	3.149.830
Obrigações por repasses - País	40.113	70.033
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5 "e")	8.836	20.745
Total - Recursos Captados	4.558.967	3.240.608

b) Composição de Recursos Captados por prazos de vencimento:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
	meses	a 1 ano	3 anos	3 anos	30/06/2018
Depósitos Interfinanceiros (i)	608.703	898.724	2.960.591	42.000	4.510.018
Obrigações por Repasses (ii)	6.727	16.781	15.405	1.200	40.113
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	1.271	3.357	4.208	-	8.836
Total de Captações	616.701	918.862	2.980.204	43.200	4.558.967
% Concentração por Prazo	13,5%	20,2%	65,4%	0,9%	100,0%

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
	meses	a 1 ano	3 anos	3 anos	30/06/2017
Depósitos Interfinanceiros	1.338.218	378.926	1.381.613	51.073	3.149.830
Obrigações por Repasses	8.150	22.338	36.569	2.976	70.033
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	2.400	6.561	11.591	193	20.745
Total de Captações	1.348.768	407.825	1.429.773	54.242	3.240.608
% Concentração por Prazo	41,6%	12,6%	44,1%	1,7%	100,0%

Os recursos captados no País para repasses a clientes possuem as seguintes características: i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 08/06/2022 indexados à taxa pré-fixada que variam de 8,05% a 18,30% a.a. e pós-fixada indexado em 100,50% a 109,00% do CDI; ii) Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 17/10/2022 à taxa pós-fixada 2,10% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 1,70% a 1,96% a.a. mais SELIC; Operações de FINAME com vencimentos até 17/07/2023 à taxa pós-fixada de 0,90% até 2,10% a.a. mais TJLP, à taxa pós-fixada de 1,40% até 2,34% a.a. mais SELIC e pré-fixada até 19,79% a.a., garantidos por contratos.

(10) OUTRAS OBRIGAÇÕES:

a) Fiscais e Previdenciárias:

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	7.394	10.377
Impostos e contribuições a recolher	5.583	5.342
Provisões para impostos e contribuições diferidos	26.851 (*)	47.532
Total	39.828	63.251

(*) Refere-se, basicamente, a IR Diferido - TVM e Derivativos (vide nota explicativa nº 8 "b");

b) Diversas:

	30/06/2018	30/06/2017
Provisões de pessoal e administrativa	21.199	25.115
Contingências trabalhistas (nota 11)	30.358	34.000
Contingências cíveis (nota 11)	1.147	1.991
Contingências fiscais (nota 11)	4.814	4.486
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5 "e")	8.836	20.745
Carteira de crédito - valores a processar/liberar	15.279	18.261
Credores diversos	2.805	2.620
Total	84.438	107.218

(11) PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)
	Saldo inicial em 01/01/2018	4.672	31.678
(+) Complemento de provisão	34	9.906 (*)	551
(+) Atualização de provisão	121	-	-
(-) Baixa por pagamento	-	(6.868)	(572)
(-) Baixa por reversão	(13)	(4.358)	(121)
Saldo final em 30/06/2018	4.814	30.358	1.147

(*) Refere-se à provisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração.

a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Contingências"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL

do grupo "Outras Obrigações - Diversas". A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R\$ 4.675 (30/06/2017 R\$ 46.665). A Companhia deixou de divulgar a contingência referente à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante à base de cálculo do PIS, para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas das instituições financeiras, e não apenas sobre suas receitas de prestação de serviços, em razão da adesão ao PERT em 31/08/2017 e consequente pagamento dos débitos nos termos do referido programa. A Companhia deixou de divulgar a contingência referente ao ISS Prefeitura de São Paulo (autos de infração para cobrança de ISS sobre valores registrados em diversas contas contábeis sob alegação de se tratar de receitas de prestação de serviços) em razão da reavaliação do risco, realizada por nossos assessores legais, o qual deixou de ser classificado como perda possível passando a perda remota. **b)** As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensões trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes" do grupo "Outras Obrigações - Diversas", no exigível a longo prazo (vide nota nº 10 "b"). As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título. As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 19.940 (30/06/2017 R\$ 25.825) na data destas demonstrações financeiras. **c)** As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica "Outras Obrigações - Diversas" (vide nota nº 10 "b"). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 6.022 (30/06/2017 R\$ 6.846) na data destas demonstrações financeiras, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

(12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Está dividido em 58.736.269 de ações ordinárias e 44.206.287 de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% a.a. sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 18/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 423.430, mediante incorporação de reservas de lucros. **b) Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995. De acordo com o artigo 5º, parágrafo 2º: "Para as ações preferenciais é assegurado o direito ao dividendo anual mínimo de 8% (oito por cento) sobre a parte do capital representada pelas ações preferenciais, mantendo-se e preservando-se, desta forma, o direito originário ao dividendo anual mínimo de 8% (oito por cento) calculado sobre o valor nominal das mesmas ações para preferentemente a qualquer outro dividendo", conforme demonstrado abaixo:

i) Cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio sobre o Lucro Líquido:

	30/06/2018	30/06/2017
Demonstrativo		
Lucro Líquido do Semestre	32.988	23.778
(-) Reserva Legal	(1.649)	(1.189)
Lucro Líquido Ajustado	31.339	22.589
Juros sobre Capital Próprio - Valor Bruto	9.217	6.667
(-) Imposto de Renda na Fonte - 15%	(1.383)	(1.000)
Juros sobre Capital Próprio - Valor Líquido	7.834	5.667
% sobre o Lucro Líquido Ajustado	25%	25%

Para o semestre foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 9.217 (30/06/2017 R\$ 8.090), correspondendo ao valor bruto de R\$ 193,72 (30/06/2017 R\$ 182,75) por lote de mil ações preferenciais e R\$ 11,25 (30/06/2017 R\$ Zero) por lote de mil ações ordinárias, respectivamente. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R\$ 3.687 (30/06/2017 R\$ 3.236) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

A seguir demonstramos os valores aprovados:

Tipo de Ação	Valores por Lote de 1.000 Ações	
	Quantidade de Ações	1º Semestre Total
ON	58.736.269	11,25 661
ON	(46.700) (*)	11,25 (1)
PN	44.206.287	193,72 8.564
PN	(35.500) (*)	193,72 (7)
		9.217

(*) Ações em Tesouraria.

c) Reservas de Lucros:

	30/06/2018	30/06/2017
Reserva legal	63.099	59.391
Reservas estatutárias - aumento de capital	311.243	288.574
Reservas estatutárias - dividendos	72.834	67.714
Total	447.176	415.679

d) Ações em Tesouraria - Programa de Recompra de Ações: d1. O Programa de Recompra de Ações da FASA, iniciado em 15/06/2016, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/11/2017, com o cancelamento, sem redução do capital social, de 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias e 237.600 (duzentas e trinta e sete mil e seiscentas) ações preferenciais recompradas no âmbito do referido Programa, dentro as quais 259.400 (duzentas e cinquenta e nove mil e quatrocentas) ações ordinárias e 152.400 (cento e cinquenta e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais já haviam sido canceladas em 09/03/2017, perfazendo um total de R\$ 1.841. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$ 400.030 (quatrocentos milhões e trinta mil reais), passa a ser dividido em 102.976.956 (cento e dois milhões, novecentas e setenta e seis mil e novecentas e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.742.969 (cinquenta e oito milhões, setecentas e quarenta e duas mil e novecentas e sessenta e nove) ordinárias e 44.233.987 (quarenta e quatro milhões, duzentas e trinta e três mil e novecentas e oitenta e sete) preferenciais, inconversíveis em ordinárias. O prazo para execução do Programa era de até 18 (dezoito) meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. **d2.** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, 13 de novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para cancelamento, no valor total de até R\$ 3.430, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 500.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 (dezoito) meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/03/2018 foi autorizado o cancelamento de 6.700 (seis mil e setecentas) ações ordinárias e 27.700 (vinte e sete mil e setecentas) ações preferenciais, que se encontravam em tesouraria em 28/02/2018, recompradas no âmbito do Programa de Recompra de

Ações. Em função do cancelamento e das compras de ações, o capital social da Sociedade passa a ser de R\$ 423.430 (quatrocentos e vinte e três milhões e quatrocentos e trinta mil reais), dividido em 102.942.556 (cento e duas milhões, novecentas e quarenta e duas mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 (cinquenta e oito milhões, setecentas e trinta e seis mil, duzentas e sessenta e nove) ações ordinárias e 44.206.287 (quarenta e quatro milhões, duzentas e seis mil e duzentas e oitenta e sete) ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias. Durante o semestre foram adquiridas e permanecem em tesouraria 46.700 (quarenta e seis mil e setecentas) ações ordinárias e 35.500 (trinta e cinco mil e quinhentas) ações preferenciais, no montante de R\$ 370. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 4,1300 e por ação PN é de R\$ 4,9600. O valor de mercado dessas ações, em 30 de junho de 2018, era de R\$ 4,13 por ação ON e R\$ 5,12 por ação PN.

(13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	Semestre			
	30/06/2018	30/06/2017	2018	2017
	Ativos	Ativos	Receitas	Receitas
	(Passivos)	(Passivos)	(Despesas)	(Despesas)
Disponibilidades	8.864	3.094	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	8.864	3.094	-	-
Banco Alfa S.A.	8.864	3.094	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	(3.794.852)	(2.963.877)	(121.486)	(160.189)
- Outras partes relacionadas (1)	(3.794.852)	(2.963.877)	(121.486)	(160.189)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(846.648)	(825.642)	(26.906)	(45.602)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(2.948.204)	(2.138.235)	(94.580)	(114.587)
Aquisição de ativos financeiros	695.658	540.527	50.565	49.398
- Outras partes relacionadas (2)	144.016	341.439	16.808	39.389
Banco Alfa S.A.	144.016	341.439	16.808	39.389
- Outras partes relacionadas (3)	551.642	199.088	33.757	10.009
Banco Alfa S.A.	551.642	199.088	33.757	10.009
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(4.703)	(3.963)	(5.533)	(4.662)
- Controladora	(2.011)	(1.433)	(2.365)	(1.685)
Alfa Holdings S.A.	(168)	(2)	(198)	(2)
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(168)	(2)	(197)	(2)
Corumbal Participações e Administração	(1.675)	(1.429)	(1.970)	(1.681)
- Outras partes relacionadas	-	(3)	-	(4)
- Pessoal-chave da administração	-	-	-	-
da entidade ou de sua controladora	(2.692)	(2.527)	(3.168)	(2.973)
Captações em depósitos interfinanceiros	(478)	(1.000)	(4.919)	(1.948)
- Outras partes relacionadas (1)	(478)	(1.000)	(4.919)	(1.948)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(71)	-	-	(3)
Banco Alfa S.A.	(94)	(106)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(313)	(241)	-	-
Metro Dados Ltda.	-	(80)	-	(485)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	(190)	(1.041)	(1.373)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(828)	(87)
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	-	(383)	(3.050)	-

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. **(2)** Refere-se à aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R\$ 143.213 (30/06/2017 R\$ 339.028) e realizadas na vigência da Circular BACEN nº 2.568, de 04/05/1995, no montante de R\$ 803 (30/06/2017 R\$ 2.411). **(3)** Refere-se à aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008. **(4)** Os ressarcimentos de custos referem-se, basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes. **b) Remuneração dos Administradores:** Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. No semestre, o montante registrado foi de R\$ 4.389 (1º semestre/2017 R\$ 4.508) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. A Companhia não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho. **b.1)** Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; - Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. **c) Participação acionária:** Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 30 de junho de 2018: Ordinárias 1,877%, Preferenciais 36,581% e do total de ações 16,786%.

(14) GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado Financeiro Alfa. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Financeiro Alfa são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoantes às diretrizes estabelecidas pela Administração. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza: **Risco de mercado** - O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk) definidos pelo comitê de gestão de risco de mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de fator de decaimento (lambda) de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução BACEN nº 4.193 de 01/03/2013, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.281, de 31/10/2013. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br. **Risco de liquidez** - O controle e estratégia de liquidez são

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL**

decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento à Resolução BACEN nº 4.090, de 24/05/2012, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade. **Risco de crédito** - é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações: (a) Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sobre posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos. (b) Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante. (c) De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve em conformidade com as disposições do Art. 3º da Resolução BACEN nº 3.721, de 30/04/2009, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br. O Conglomerado Financeiro Alfa visando maior celeridade no processo de concessão de crédito utiliza-se, no segmento de varejo, na empresa Financeira Alfa S.A-CFI, de modelos estatísticos para avaliação do risco de crédito, o qual, aprovado pelo comitê de crédito e primado pela prudência que caracteriza a forma de atuar do Conglomerado Financeiro Alfa, busca coletar informações que permitam avaliar caráter, idoneidade e histórico positivo de crédito, geração de renda, estabilidade profissional e outras informações externas disponíveis. Este modelo está em constante evolução com vistas a capturar o maior número de informações relevantes para permitir segurança na concessão de crédito. No segmento de atacado, as operações de crédito são analisadas individualmente no comitê de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa e se baseiam em um profundo conhecimento das atividades, situação patrimonial e financeira dos clientes e seu histórico de crédito. **Risco operacional** - A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, conceituados na Resolução BACEN nº 3.380, de 29/06/2006, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de gestão de riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao comitê de controles de risco operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br. Conforme disposto no Artigo 18 da Circular BACEN nº 3.678 de 31/10/2013, com as alterações da redação dada pela Circular BACEN nº 3.716, de 21/08/2014, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site www.alfanet.com.br.

(15) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo). Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2018	30/06/2017
Instrumentos Financeiros Derivativos para negociação	7.809	10.492
Instrumentos Financeiros Derivativos para Hedge de valor justo	(136.248)	(87.874)
Total	(128.439)	(77.382)

(*) A oscilação deve substancialmente pelo fechamento da taxa de juros pré-fixadas, ou seja, atenuou-se a piora das expectativas aumentando assim o valor marcado a mercado do objeto de hedge.

	30/06/2018	30/06/2017
Ativo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	7.219	14.966
Ativo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	23.669	13.149
Passivo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	(47.323)	(14.853)
Passivo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	(112.004)	(90.644)
Total	(128.439)	(77.382)

b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:

	30/06/2018		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	120.092	188.246	195.145
Mercado Interfinanceiro	108.890	193.785	193.738
Posição Ativa	228.982	382.031	388.883
Pré	108.890	192.051	196.645
Mercado Interfinanceiro	120.092	184.474	184.429
Posição Passiva	228.982	376.525	381.074
Contratos de Swaps - Exposição Líquida	-	5.506	7.809

	30/06/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	275.612	384.794	396.082
Mercado Interfinanceiro	246.203	407.395	407.395
Posição Ativa	521.815	792.189	803.477
Pré	246.203	393.416	399.397
Mercado Interfinanceiro	275.612	393.588	393.588
Posição Passiva	521.815	787.004	792.985
Contratos de Swaps - Exposição Líquida	-	5.185	10.492

c) Instrumentos financeiros derivativos para "hedge" de valor justo:

	30/06/2018		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Mercado Interfinanceiro	2.813.439	3.231.980	3.231.186
Posição Ativa	2.813.439	3.231.980	3.231.186
Pré	2.813.439	3.306.782	3.367.434
Posição Passiva	2.813.439	3.306.782	3.367.434
Contratos de Swaps - Exposição Líquida	-	(74.802)	(136.248)

	30/06/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Mercado Interfinanceiro	1.975.584	2.420.602	2.420.602
Posição Ativa	1.975.584	2.420.602	2.420.602
Pré	1.975.584	2.403.352	2.508.476
Posição Passiva	1.975.584	2.403.352	2.508.476
Contratos de Swaps - Exposição Líquida	-	17.250	(87.874)

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	30/06/2018		
	Ativo - Saldo a Receber	Hedge de valor justo	Total
de swaps	14.334	16.554	30.888

	30/06/2017		
	Ativo - Saldo a Receber	Hedge de valor justo	Total
de swaps	19.925	8.190	28.115

	30/06/2018		
	Passivo - Saldo a Pagar	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(6.526)	(152.801)	(159.327)

	30/06/2017		
	Passivo - Saldo a Pagar	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(9.433)	(96.064)	(105.497)

e) O Saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:

	30/06/2018				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap	1.765	4.857	7.512	200	14.334

	30/06/2018				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap	-	597	3.541	12.416	16.554
Total	1.765	5.454	11.053	12.616	30.888

Ativo

	30/06/2017				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap	3.148	5.855	8.978	1.944	19.925

	30/06/2017				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap	2.633	3.330	319	1.908	8.190
Total	5.781	9.185	9.297	3.852	28.115

Passivo

	30/06/2018				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap	(680)	(2.818)	(2.689)	(339)	(6.526)

	30/06/2017				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap	(8.862)	(34.963)	(72.644)	(36.332)	(152.801)
Total	(9.542)	(37.781)	(75.333)	(36.671)	(159.327)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - EM R\$ MIL

Passivo

Negociação:

	30/06/2017				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap	(2.031)	(3.789)	(2.754)	(859)	(9.433)

Hedge de valor justo:

	30/06/2017				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap	(1.042)	(7.991)	(43.420)	(43.611)	(96.064)
Total	(3.073)	(11.780)	(46.174)	(44.470)	(105.497)

f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	1º Semestre 2018		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	254	13.835	14.089

	1º Semestre 2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	586	(51.232)	(50.646)

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste positivo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	1º Semestre 2018		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(1.246)	72.820	71.574

	1º Semestre 2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(2.561)	(43.292)	(45.853)

Contabilidade de "Hedge": A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge". **h) Análise de Sensibilidade:** Em conformidade com a instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa. O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão na data-base destas demonstrações financeiras; **b)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e **c)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

Exposição	MTM - Exposição	30/06/2018		
		Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	976.613	(16.452)	(20.390)	(38.665)

Exposição	MTM - Exposição	30/06/2017		
		Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	1.182.683	(20.345)	(32.454)	(61.985)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

(16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras Despesas Administrativas:

	1º Semestre	
	2018	2017
Água, energia e gás	(217)	(221)
Aluguéis	(3.573)	(3.524)
Comunicações	(1.137)	(1.500)
Depreciação e amortização	(868)	(887)
Manutenção e conservação de bens	(535)	(782)
Processamento de dados	(12.058)	(10.058)
Promoções e relações públicas	(1.216)	(1.002)
Propaganda e publicidade	(642)	(536)
Serviços do sistema financeiro	(3.442)	(2.412)
Serviços de terceiros	(2.461)	(2.335)
Serviços técnicos especializados	(4.365)	(4.331)
Viagem	(1.002)	(974)
Outras despesas administrativas	(1.992)	(1.710)
Total	(33.508)	(30.268)

b) Outras Receitas Operacionais:

	1º Semestre	
	2018	2017
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	631	1.129
Dividendos e juros sobre o capital recebidos ou declarados de investimentos avaliados pelo método de custo	473	306
Dividendos prescritos	442	400
Reversão de provisão fiscal	-	1.520
Reversão de provisões operacionais	276	-
Receita com portabilidade de crédito	343	403
Outras rendas operacionais	2	43
Total	2.167	3.801

c) Outras Despesas Operacionais:

	1º Semestre	
	2018	2017
Atualização e complemento de provisão para riscos fiscais e de tributos a recolher	(142)	(646)
Comissões	(3.411)	(3.631)
Contingências cíveis (*)	(515)	19
Contingências trabalhistas (*)	(8.000)	(14.469)
Despesas com intermediação/igualização de contratos	(3.228)	(2.312)
Prêmio de operação de vendas - ligadas	(5.962)	(1.074)
Outras despesas operacionais	(2.776)	(1.873)
Total	(24.034)	(23.986)

(*) Vide nota explicativa nº 11.

d) Resultado não Operacional:

	1º Semestre	
	2018	2017
Lucro na alienação de valores e bens	124	344
Prejuízo na alienação de valores e bens	(219)	(538)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(353)	(82)
Baixa do ativo permanente	(10)	(439)
Outras receitas não operacionais	40	-
Total	(418)	(715)

e) Contratação de Seguros: O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política garantir seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possa acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 75.855 (30/06/2017 R\$ 75.160) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (30/06/2017 R\$ 6.000) e R\$ 2.000 (30/06/2017 R\$ 2.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa. **f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (stock options) e outros benefícios pós-emprego a seus empregados. **g)** A Medida Provisória nº 675, de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. **h) Índice de Capital:** As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de junho de 2018, atingiu índice de capital de 19,21% (30/06/2017 24,91%) calculado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial", nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2018, que equivale a 10,5% (PR 8,625% + ACP 1,875%).

Conglomerado Financeiro Alfa

	Prudencial (1)	
	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de Referência - Nível I	2.342.884	2.282.532
Capital Principal	2.342.884	2.282.532
Patrimônio Líquido	2.383.277	2.301.370
(-) Ajustes Prudenciais	(40.393)	(18.838)
Patrimônio de Referência (PR)	2.342.884	2.282.532
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.196.421	9.162.787
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	10.007.077	7.756.551
Risco de Mercado	1.024.034	360.922
Risco Operacional	1.165.310	1.045.314
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.051.941	847.558
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	228.683	114.535
Índice de Basileia	19,21%	24,91%
Capital de Nível I	19,21%	24,91%
Capital Principal	19,21%	24,91%

(1) Conforme a Resolução nº 4.278 de 31/10/2013, a partir da data-base de janeiro de 2015, o índice de Capital passou a ser apurado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial". Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30 de junho de 2018, o Índice de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 15,83% (30/06/2017 16,65%). **Ajuste Prudencial:** Em atendimento a Resolução nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução nº 4.389 de 18/12/2014 do Conselho Monetário Nacional, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial. A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

(17) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	1º Semestre	
	2018	2017
No início do período	721.717	790.290
Disponibilidade	1.642	3.045
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	720.075	787.245
No final do período	725.961	190.494
Disponibilidade	10.795	4.541
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	715.166	185.953
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.244	(599.796)

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Presidente

Conselheiros

Humberto Mourão de Carvalho

Luiz Alves Paes de Barros

DIRETORIA

Rubens Bution
Diretor Presidente

Diretores

Antonio José Ambrozano Neto
Fabiano Siqueira de Oliveira

Fabio Alberto Amorosino
Pedro Elias Dabbur

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
CRC 1SP 232846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 5, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos critérios mínimos exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, divididos em nove faixas de risco, sendo "AA" o melhor rating e "H" o pior risco, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. A Companhia constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseia em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos relacionados de aprovação, registro, classificação das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente analisamos, com base em amostragem, as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, tais como atraso na operação e deterioração das condições do tomador do crédito. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pela Companhia para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação da provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 tomadas em conjunto.

• Provisão e Passivos Contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e nº 11, a Companhia constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor das estimativas, é considerado a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, os posicionamentos de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pela Companhia. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas institucionais e visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido ao grau de julgamentos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro, avaliação do risco, cálculo e registro da provisão, acompanhamento do processo e encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto às constituições, reversões e suficiência da provisão. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Avaliamos a adequação das premissas utilizadas na metodologia da mensuração dos valores, a memória de cálculo da provisão, os dados e informações históricas e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento para contingências e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 tomadas em conjunto.

• Valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos - Estrutura Hedge Accounting

Conforme notas explicativas nº 2 e nº 15, a Companhia calcula o valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos (operações de crédito designadas para cobertura ("hedge") de risco de mercado) tomando como base as informações divulgadas no mercado futuro (B3 - Brasil, Bolsa e Balcão). A Companhia possui contratos de SWAP (CDI x PRÉ) que, em parte, foram realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros. Essa estrutura de proteção está classificada como "Hedge" de Risco de Mercado, tendo como item objeto as operações de crédito. As operações de crédito designadas para "hedge" de risco de mercado são mensuradas a valor de mercado. Para cálculo do valor justo, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de "hedge" devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido ao julgamento envolvido para precificação dos derivativos e premissas utilizadas para mensuração a valor de mercado do item objeto de "hedge", consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e os controles internos adotados pela Companhia para mensuração do valor de mercado dos instrumentos derivativos, do item objeto de "hedge" e para o acompanhamento da estrutura de "hedge". Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais da Companhia para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas à contabilidade de hedge para preservar o *spread* das operações de crédito. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação como contabilidade de proteção, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias, metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pela Companhia. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02 e aplicáveis à Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, item objeto de "hedge" e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação complementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 09 de agosto de 2018

Marco Antonio Pontieri
Contador - CRC 1SP153569/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A..

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 9 vezes no período de fevereiro a junho de 2018, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, gerenciamento e controle de riscos, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, aprovação do plano anual da auditoria interna, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê avaliou, em reuniões com a área de Gestão de Riscos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos no Conglomerado, enfatizando os riscos de: crédito, liquidez, mercado, operacional, gestão de capital, socioambiental e os impactos da Resolução BACEN nº 4.557, com destaque à observância das normas aplicáveis, na conformidade da legislação vigente, incluindo os prazos nela estabelecidos, e dos trabalhos de revisão e atualização das políticas e procedimentos dos diversos riscos, os quais são submetidos à aprovação anual do Conselho da Administração. Com a criação do Comitê de Risco e a participação de um membro do Comitê da Auditoria no citado Comitê, espera-se uma sinergia entre os Comitês. Deverá haver uma visão estratégica com a Diretoria de Risco e a continuidade do trabalho que o Comitê faz junto à Gerência Geral de Gestão de Riscos.

Ouidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. Deverá acompanhar a partir de 02 de julho de 2018, data que entram em vigor, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes, constatando-se a preocupação com o aprimoramento dos sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro. O monitoramento, por meio de

questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A..

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) o planejamento das atividades; b) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado; e c) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467, de 14 de setembro de 2009.

Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do terceiro e quarto trimestre de 2017 e do primeiro trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras e, ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, com data-base de 30 de junho de 2018, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 09 de agosto de 2018

Clóvis de Matos Guedes

Fernando Luiz Ramos Pompeia

José Canuto da Cunha

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) o Estudo Técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; (ii) o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30/06/2018, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e (iii) a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais e ordinárias. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Ailton Carlos Canette

Antonio Celso Amaral Salles

Luiz Gonzaga Ramos Schubert

Rogério Rey Betti